

Da construção do Golpe à imposição do regime militar: o papel da Doutrina de Segurança Nacional

Resumo: O período histórico que vai da construção do Golpe de Estado de 1964 até a consolidação do regime militar pode ser pensado em três fases: a conspiração civil-militar, a tomada do poder pelas forças armadas e a construção de um novo regime político. A aliança de civis e militares que conspira e depõe o presidente João Goulart estava longe de ser homogênea e, logo após o golpe, se viu diante de questões cruciais para a construção de uma nova ordem institucional. Para os militares, era preciso legitimar a tomada do poder mas para isso era necessário antes resolver as divergências no interior das forças armadas e superar a desconfiança dos grupos civis. Esse artigo analisa como a Doutrina de Segurança Nacional, formulada na Escola Superior de Guerra, vai servir tanto para que o grupo ligado a Escola se tornasse majoritário nos primeiros anos do regime quanto para formular um projeto de nação e de governo que conquistasse legitimidade diante da população.

Palavras-chave: Golpe de Estado, regime militar, Doutrina de Segurança Nacional

Nem mesmo os líderes do levante militar que derrubou o presidente João Goulart tinham clareza acerca dos rumos e das consequências daquele acontecimento. Ainda que os conspiradores fizessem parte de uma estruturada coalizão de forças e estivessem, pelo menos desde 1961, agindo para desestabilizar o governo, na madrugada do dia 31 de março, quando decidiu avançar com sua tropa em direção à Capital Federal, nem o general Olympio Mourão Filho nem os militares que o apoiavam poderiam prever com clareza os desdobramentos que levariam aquele movimento a ser o estopim de uma ditadura militar que ficaria no poder por mais de duas décadas. Não que faltassem objetivos e intenções difusas, mas o golpe tinha um propósito pontual, derrubar o presidente, e não trazia nenhum projeto futuro que não fosse além de slogans e interesses desencontrados. O regime teria que ser construído aos poucos como decorrência das contingências e embates entre os grupos conspiradores, a partir de disputas por concepções de economia e política construídas ao longo de décadas pela direita brasileira.

A aliança civil-militar que depõe o presidente é muito mais uma união multifacetada de opositores que por fatores diversos se identificavam contra o governo

do que um grupo coeso que compartilhasse um projeto ou mesmo idéias acerca dos destinos do país. As motivações que levaram ao golpe são muitas e de ordem variada, para os seus autores as causas principais estavam na desordem política e social e na instabilidade que o país enfrentava, na corrupção generalizada, na subversão e na ameaça do comunismo e, sobretudo entre os militares, na crise hierárquica dentro das forças armadas que, em grande medida, decorria da interferência do governo Goulart (SOARES, 1994; GASPARI, 2003)¹. Os opositores do regime viam diversas motivações para a sua deposição, mas percebiam que elas não eram suficientes para sustentar com legitimidade um novo regime.

O fato é que os objetivos para além do golpe eram ainda por demais vagos, o levante não foi dado para se levar alguém ao poder, tampouco foi feito em nome de um projeto claramente definido, senão contra o comunismo, contra a desordem, contra a indisciplina ou contra isso ou aquilo². Não obstante o significativo contraste entre a desconfiança em relação ao governo e a confiança nos militares, as intenções e objetivos dos militares eram ainda pouco conhecidos da maioria da população civil, inclusive daquela que os apoiava na conspiração. De modo geral, os principais personagens da trama eram pouco conhecidos, suas idéias, os conflitos existentes entre eles, os motivos e razões dos embates, o que cada um deles tinha a ganhar e a perder. A visão mais geral, que permaneceu no tempo, é a de que os militares formavam um bloco monolítico, coeso e coerente. Não era, e isso impunha alguns desafios.

Embora houvesse um histórico de intervenções, tanto para os civis quanto para os militares a tomada do poder pelas forças armadas não era uma opção vista como legítima. Para tentar justificar a tomada do poder pelo exército, a sua continuidade no governo, a construção de um novo regime e as mudanças nos rumos da política e da economia era necessário primeiro buscar consenso dentro das forças armadas e depois

¹ Há uma enorme literatura sobre o golpe militar, não obstante, apenas uma parcela pequena analisa as motivações dos seus principais atores. Uma das razões para essa ocorrência é o predomínio dentro das ciências sociais no Brasil de um tipo de abordagem que privilegiou os aspectos estruturais e que, por conta disso, acabaram por reduzir as escolhas dos agentes individuais. Para uma melhor compreensão da questão, a partir da palavra dos militares envolvidos, um bom resumo está no artigo de Gláucio Ary Dillon Soares, 'O golpe de 64'. In. SOARES, Gláucio e Maria Celina D'Araújo (org.s). *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. – Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.

² Para Ernesto Geisel, o que houve em 1964 não foi uma revolução, segundo ele "As revoluções fazem-se por uma idéia, em favor de uma doutrina. Nós simplesmente fizemos um movimento para derrubar João Goulart. Foi um movimento contra, e não por alguma coisa. Era contra a subversão contra a corrupção. Em primeiro lugar, nem a subversão nem a corrupção acabam. Você pode reprimi-las mas não as destruirá. Era algo destinado a corrigir, não a construir algo novo, e isso não é revolução". In. GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. – São Paulo: Companhia das Letras, 2002. (p.138).



conquistar o apoio da população em geral, para isso seria preciso unir as forças armadas, buscar consensos e propagar um discurso que garantisse a legitimidade do processo. Em 1964, esse discurso já existia e havia sido formulado na Escola Superior de Guerra.

A Escola Superior de Guerra e a heterogeneidade das forças armadas

Como ocorre em qualquer grande instituição, também nas forças armadas havia uma grande variedade de pensamentos e correntes ideológicas em conflito. Alain Rouquié (1982:12) lembra que por várias décadas os *rachas* internos, assim como os processos que contribuíam para a formação de tendências e a tomada de decisões dentro das forças armadas, eram em grande parte de natureza institucional. Os consensos acerca das questões políticas tinham geralmente origem corporativa, se apresentando de acordo com o código normativo da instituição. Não obstante as divergências políticas e ideológicas ou dissensões internas, era consenso que as Forças Armadas deveriam manter um grau elevado de unidade. Essa unidade, entretanto, não impunha nem limitava a tomada de posicionamento político e quem enxergasse de fora teria dificuldade para saber de que lado os militares estariam num momento de radicalização.

Até a véspera do golpe, boa parte da esquerda ainda acreditava, que os militares seriam decisivos para a sustentação de um governo popular ou socialista. Para o governo, o desconhecimento acerca dos militares era enorme, e seria fatal. Mesmo que considerasse a existência de grupos que desejavam derrubá-lo, João Goulart costumava bradar aos opositores que, a despeito das crises internas, o governo tinha o Exército ao seu lado, apoiando as reformas, afirmava que ele possuía total controle sobre um certo *dispositivo militar*, capaz de lhe assegurar a lealdade dos quartéis (SODRÉ, 1965; GASPARI, 2002). Goulart acreditava que, independente das avaliações conjunturais acerca das políticas do governo, havia uma importante tradição legalista dentro das Forças Armadas e que ela não podia ser desprezada, por conta disso acreditava que a maioria reagiria em defesa da ordem constitucional. Na verdade, mesmo entre conhecidos conspiradores havia uma grande diversidade de expectativas acerca do que fazer, o que de um lado beneficiava o governo e de outro favorecia àqueles que pretendiam uma deposição que fosse capaz de manter a aparência de normalidade democrática.

O desconhecimento da forças armadas jogaria a favor dos conspiradores. Mais do que a instabilidade do governo ou a ameaça comunista, foram as desastrosas intromissões em assuntos militares que desencadeariam o apoio dos oficiais ao golpe. A subversão interna e as quebras de hierarquia patrocinadas ou toleradas por Jango contribuíram para exacerbar os espíritos e tornar ainda mais intensos os debates e as disposições políticas. Essas intervenções catalisariam uma crise dentro das forças armadas criando e incentivando disputas internas. As exacerbações criaram um clima propício ao golpe na medida em que envolvidos já não acreditavam em saídas negociadas dentro da hierarquia. As disputas políticas invadiram as casernas assim como a crença de que as soluções estariam além da ordem institucional, mais precisamente no golpe de Estado: para os vencedores, fosse quem fosse, seria preciso depurar as instituições e adequá-las aos seus propósitos.

Ainda que no seu interior houvesse correntes fortemente legalistas, as forças armadas possuíam um importante retrospecto de intervenções no jogo político, um passado de insurreições, golpes, contragolpes e tentativas de golpe. Mesmo assim, a idéia de tomar o poder e manter-se nele por um tempo longo, assumindo a posição de governo, era quase que inteiramente nova e tanto à população civil quanto à maioria dos oficiais, parecia arriscada e ilegítima. As quebras de hierarquia, as convulsões sociais e a ameaça comunista arrastariam grande parte da oficialidade para o lado dos conspiradores³, mas estes sabiam que essa mesma parcela não estava totalmente convencida de que as forças armadas poderiam ou deveriam governar⁴.

De acordo com Alfred Stepan (1975:127), entre os oficiais, havia historicamente uma crença generalizada de que os militares não teriam capacidade política para dirigir o país e que, em relação aos civis, eles teriam um baixo grau de legitimidade para governar. Coube à Escola Superior de Guerra um papel fundamental na mudança de mentalidade no sentido de legitimar entre as tropas e, mais tarde, também entre as elites

³ Uma outra questão muito pouco aventada para explicar, pelo menos em parte, a insatisfação dos militares é a questão dos soldos gastos militares. Os meses que antecederam ao golpe são aqueles em que as despesas com as Forças Armadas atingiram o seu nível mais baixo desde o final da década de 40. As despesas do Ministério da Guerra, por exemplo, decresceram de 15% para menos de 6% entre 1952 e 1964. Nesse sentido Edmundo Coelho lembra que a deposição e suicídio de Getúlio Vargas, a renúncia de Jânio Quadros e a deposição de João Goulart ocorreram nos momentos em as despesas com o exército atingiram o nível mais baixo de seu respectivo período. COELHO, Edmundo. *Em busca da identidade: o exército e a política na sociedade brasileira*. – Rio de Janeiro: Record, 2000. (p.142 e ss.).

⁴ Para uma maior compreensão das tramas e dos trâmites que levaram o grupo sorbonnista ao poder dentro das Forças Militares veja: GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. – São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

da sociedade civil, justificando não apenas as ações de deposição de um governo como, e principalmente, a tomada do poder pelos militares e a sua permanência no governo.

Os estudos acerca do militares brasileiros costumam apresentar uma dinâmica dualista que se configura como um choque entre duas forças fundamentais, de um lado o grupo ligado à Escola Superior de Guerra, internacionalista e ligada a idéias liberais⁵ e, de outro, a chamada linha-dura, um grupo menos ideológico com posições mais autoritárias e nacionalistas. O embate entre essas correntes já existia antes de 1964 e marcaria o regime militar desde o seu início, nas palavras de Rizzo de Oliveira (1982:119), *os governos militares foram marcados desde 1964 por um conflito permanente entre, de um lado, a orientação política da Escola Superior de Guerra (...) e, de outro lado, as pressões dos setores militares duros*, os primeiros identificados com a abertura ao capital estrangeiro, política externa alinhada com os Estados Unidos, e manutenção das instituições políticas como o parlamento e os partidos. Do outro lado, menos coesos ideologicamente, estavam unidos pela defesa de uma maior repressão aos movimentos sociais e na luta contra os perigos comunistas enquanto eram partidários da adoção de uma política econômica nacionalista. Essa visão dualista esconde ou mascara elementos importantes⁶ e não estavam totalmente claros em 1964.

Fundada em 1949, a Escola Superior de Guerra (ESG) foi modelada e apoiada, em sua organização e operação, pelo National War College dos Estados Unidos, que enviou uma missão para dar suporte à sua implantação, mas desenvolveria sua base doutrinária entre meados dos anos cinquenta e início dos sessenta. O General Cordeiro de Farias, a quem coube a tarefa de desenvolver e organizar a ESG, logo percebera que a missão de ambas as escolas não poderia ser a mesma, sabia que Brasil e Estados Unidos possuíam problemas diferentes a resolver, e que, ao contrário do que ocorria por lá, aqui as questões fundamentais de segurança nacional diziam respeito à segurança

⁵ É necessário, de início, ter cuidado com o proplado liberalismo da coalizão que chega ao governo após o golpe, chamar os golpistas de liberais pode dizer pouco ou não dizer coisa nenhuma. No contexto da Guerra Fria, o termo liberal foi usado tanto como uma forma depreciativa de acusar aqueles que defendiam o capitalismo quanto como maneira elogiosa de auto-referência àqueles que condenavam o socialismo. Evidente que num espectro de possibilidades tão amplo pode-se colocar de tudo, inclusive militares golpistas que conduziam uma situação política autoritária, que negava aos indivíduos seus direitos mais básicos e ainda guiavam os rumos da economia a partir de fortes instrumentos de intervenção estatal. A despeito das diversas crenças liberais que o grupo esguiano podia carregar, havia também importantes elementos de conservadorismo dentro da coalizão e nos grupos que a apoiavam.

⁶ Para uma análise crítica e bem construída dessa visão dualista é apresentada veja MARTINS FILHO, João R. *O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. – São Carlos: Edufscar, 1995.

interna e à questão do subdesenvolvimento econômico. A inspiração norte-americana contribui para a formação do seu caráter marcadamente anticomunista, mas é o contexto internacional da Guerra Fria e sua compreensão pelos militares daqui que dará a cara da sua doutrina.

Nascida nos escombros e nas esperanças do pós Segunda Guerra, a ESG logo se transformaria num ponto de encontro de militares interessados em discutir os rumos políticos do país e um centro de estudos políticos com grande influência não apenas entre militares. Para pensar soluções para os problemas nacionais, desde os seus primeiros anos a Escola contaria com estreitas relações com os civis convidando-os para seus cursos e buscando manter uma relação de proximidade e diálogo com especialistas de diversas áreas. Acreditando que a sua doutrina deveria ser divulgada e aperfeiçoada, procurou uma proximidade maior para aumentar sua capacidade influenciar áreas importantes das elites civis.

A Doutrina de Segurança Nacional e o discurso militar

Não demoraria muito para que a Escola se transformasse no principal centro de inteligência das Forças Armadas e para que, pelas suas supostas qualidades, ou pelas grandes pretensões, de think tank da *intelligentsia* militar ganhasse a alcunha de Sorbonne⁷. É ali que seriam desenvolvidas as justificativas militar e política para o regime a partir de uma doutrina que dava às forças armadas a função de definir e defender os objetivos nacionais permanentes. Independente do valor intelectual dos seus membros, dado que seus principais líderes seriam homens de destaque e influência entre os militares, é essa justificativa, chamada Doutrina de Segurança Nacional⁸, a chave para se compreender o regime militar.

Ao sintetizar esta doutrina, Edmundo Coelho (2000) destaca oito postulados que seriam a sua base ideológica: a) os indivíduos só valem pelo que realizam em conjunto e

⁷ Para o general Ernesto Geisel a alcunha de Sorbonne, que foi dada ao corpo permanente da Escola, é jocosa e seria uma expressão pejorativa dada por quem não conhecia ou não gostava dela e seus membros eram acusados de serem “uns homens metidos a besta, a serem sabidos”. D’ARAÚJO, Maria C. e Celso Castro. *Ernesto Geisel*. – Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997. (p.110).

⁸ Tanto para uma análise das origens e doutrinas da Escola Superior de Guerra quanto para uma maior compreensão da Doutrina de Segurança Nacional veja GURGEL, José Alfredo Amaral. *Segurança e democracia: uma reflexão política sobre a doutrina da Escola Superior de Guerra*. – Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército: José Olímpio, 1975; o autor foi aluno da Escola e delegado da Associação dos Diplomados Escola Superior de Guerra no Estado de São Paulo além de ativo divulgador dos estudos, das idéias e doutrinas da ESG.

em benefício do conjunto; b) uma comunidade em que o bem coletivo está acima dos interesses dos indivíduos e dos grupos possui uma vida moral mais elevada; c) o Estado é o instrumento de mobilização da ação coletiva e a lealdade para com o Estado deve ter precedência sobre as demais; d) a centralização do poder é indispensável como garantia da unidade nacional; e) as áreas de consenso devem superar por larga margem as do dissenso para que a sociedade nacional seja viável; f) a função da elite dirigente é educativa por excelência e a ela cabe definir os interesses da coletividade, já que faltam aos indivíduos as condições de identificá-los; g) o desenvolvimento econômico é um objetivo fundamental; h) a tarefa de promover o desenvolvimento econômico cabe à nação como um todo e requer disciplina, austeridade, sacrifícios e renúncias por parte dos grupos e indivíduos.

Esses postulados, que em diversos aspectos se aproximam muito mais do pensamento conservador do que dos liberalismos político e econômico, se tornarão hegemônicos nas forças armadas tanto por conseguirem sintetizar de forma coerente uma longa tradição do pensamento militar brasileiro quanto por conseguir traduzir a conjuntura política e econômica da Guerra Fria para o contexto nacional. Por mais que houvesse grupos divergentes, a Doutrina se tornaria majoritária, indo muito além do pensamento dos membros da Escola Superior de Guerra, dos sorbonistas ou da coalizão que assumiria o poder ao lado de Castello.

A Guerra Fria acentuava aspectos importantes da Doutrina da ESG, impondo aos militares o debate acerca da segurança nacional e das ameaças externas num contexto de conflito econômico e ideológico. Desde a Revolução Cubana, em 1959, havia crescido tanto no imaginário da direita quanto no da esquerda – no primeiro como risco, no segundo como esperança – a idéia de que o comunismo poderia estar próximo, e isso servia para radicalizar e aumentar a animosidade das disputas políticas em todos os níveis e espaços. O cenário internacional contribuiria para potencializar e impulsionar as visões maniqueístas pré-existentes de um mundo bipolar dividido entre bons e maus, entre heróis e bandidos, entre justos e injustos. Nesse sentido, a proximidade dos homens da ESG com militares americanos garantiam prestígio interno e apoio externo.

Fora da esquerda, era comum a crença de que, com o patrocínio do poderio soviético, o “perigo comunista” rondava todos os cantos do planeta com suas diversas ameaças que poderiam ser de ordem econômica, política, militar ou ideológica. Havia, portanto, um risco onipresente, um perigo que estava em toda parte, na ameaça à

segurança, ao desenvolvimento, à ordem e ao progresso mas também ao cristianismo, à moral, aos bons costumes e às bases da civilização cristã ocidental. No governo João Goulart o anticomunismo adquiriria importância fundamental no debate político, formando uma espiral contínua que o levaria a ser a principal fagulha a detonar o golpe militar (MOTTA, 2002). O grupo sorbonista se aproveitava dessa ameaça externa, de um perigo internacional, para impor aos militares mais nacionalistas a idéia de que era necessária uma aliança com os Estados Unidos para combater as forças soviéticas.

Fosse real ou imaginária, a ameaça comunista seria um importante elemento para que o pensamento da ESG se tornasse predominante dentro do Exército e para a conquista de apoio popular ao golpe. Os militares que ascendem ao poder souberam com habilidade manipular o medo aos seus interesses, exacerbando-os inclusive para os seus aliados nos Estados Unidos que se prontificavam a apoiar a deposição de Goulart em nome da luta contra os soviéticos. Esse medo justificaria a intervenção militar e nos anos seguintes o perigo vermelho serviria de pretexto para muita coisa, de ‘políticas de exceção’ a decisões econômicas impopulares. Nos primeiros seis meses de 64 o anticomunismo e, dentro da sua lógica, todo o discurso contra o caos, a desordem e a anarquia, serviria para conquistar apoio de parcelas importantes da sociedade. Nos anos seguintes serviria para justificar a permanência dos militares e repressão.

Por conta da ameaça vermelha, diversas organizações religiosas que se uniriam nas Marchas com Deus convocando o povo para tomar as ruas “antes que os inimigos cheguem aos nossos templos e igrejas”⁹. De um lado, a Igreja Católica abrigava e mobilizava importantes grupos na luta contra o perigo do “inferno soviético”¹⁰, de outro, boa parte da grande imprensa também aderiria a essa mobilização anticomunista, formando dois poderes que não apenas se opunham ao governo Jango mas que também justificavam e exigiam um tipo de intervenção que fosse além da legalidade. Os

⁹ A Igreja Católica não se colocava apenas contra o comunismo, mas contra o liberalismo. O pensamento antiliberal não era apenas uma crença corrente e mal lapidada, era um dos pilares da doutrina política do Vaticano. Em seus princípios, a Encíclica *Mater et Magistra* do papa João XXIII condenava tanto o comunismo quanto o liberalismo econômico e, fundamentada nos princípios da ação social da Igreja, defendia a propriedade privada mas também a intervenção do Estado na economia como modo de aperfeiçoar os mercados e tornar socialmente mais eficiente a livre-iniciativa. A desconfiança era de que o liberalismo estava ligado ao individualismo, à falta de hierarquia, ao anti-clericalismo e a outros vícios que nasciam da modernização.

¹⁰ Acerca do pensamento e das relações políticas do clero ver: MAINWARING, Scott. *Igreja católica e política no Brasil*. – São Paulo: Brasiliense, 1989.

principais jornais¹¹ do país influenciavam a opinião pública apontando para as relações entre a crise econômica e desordem institucional que o país vivia e o caos plantado pelos “agentes de Moscou” sob as vistas grossas ou complacência do Presidente.

Tanto a Igreja Católica quanto a imprensa representam e expressam o pensamento e as preocupações de uma parte significativa da sociedade que estava insatisfeita com os rumos da política e da economia e que por medo apoiavam uma intervenção militar que retirasse o presidente, apesar disso não necessariamente desejavam ou mesmo imaginavam um governo ditatorial militar. O mesmo pode-se dizer da maioria dos militares. Celina d’Araújo defende que o grupo militar que toma o poder em 1964 possuía como objetivo a deposição do governo de João Goulart e quando chega ao governo não sabia exatamente que projeto iria implantar, para ela, *o golpe, e isso deve ficar bem marcado, não trazia consigo um projeto de governo, muito menos trazia demarcado que nos próximos anos o país entraria em um dos seus piores momentos em termos de liberdades políticas.* (D’ARAÚJO, 1994:69).

Independente das suas motivações, o que houve a partir do golpe foi um longo processo de disputas intra-militares e acirramentos ideológicos, que são contornados com os sorbonistas, mais organizados, concedendo maiores poderes aos grupos mais radicais, para assim manter a coesão dentro das forças armadas. Para além dos interesses, a questão fundamental na divisão entre os membros das Forças Armadas foi a questão do nacionalismo e suas ‘aplicações’, ou, de forma mais direta, as relações que o país deveria ter com os Estados Unidos. Boa parte do alto oficialato brasileiro não apenas foi treinada como combateu ao lado do exército norte-americano na segunda guerra mundial. Nessa relação íntima com os norte-americanos surgiu, de um lado, uma proximidade que fazia com que uma parte dos militares tivesse não apenas idéias semelhantes mas também uma proximidade de objetivos e uma esperança de colaboração e, de outro, uma desconfiança por parte dos militares mais nacionalistas que criticavam essa aproximação e defendiam a busca do interesse nacional, que muitas vezes seriam contrários aos dos americanos. Os autodenominados nacionalistas pensavam a questão da ordem interna como uma guerra na qual todas as armas

¹¹ É possível encontrar diversos trabalhos que tratam das relações entre a imprensa, a queda de João Goulart, o golpe militar e a legitimação do novo governo. Como exemplo vale conferir: FIGUEIREDO FILHO, Celso R. *A Escola Superior de Guerra e o jornal O Estado de São Paulo: a passagem do regime democrático pára o regime militar: afinidades e discordâncias (1963-1965)*. – São Paulo: dissertação de mestrado em história social: FFLCH-USP, 2001; MESQUITA, Rui. “O Estadão e o golpe de 64”. In. *Lua Nova*, vol.1, n°2, junho-setembro, 1984.

deveriam ser usadas para exterminar o inimigo e esse pensamento os colocavam em oposição ao grupo dominado pela ESG que defendia um modelo político e econômico baseado em princípios liberais, vendo na democracia formal um valor em si.

Nesse conflito interno, o grupo ligado à Sorbonne torna-se predominante. É em torno dos homens da ESG que se formará a equipe do governo de Castello Branco. Com ele chega ao poder a Doutrina de Segurança Nacional. Para além dos militares, os fundamentos da doutrina já eram ainda conhecidos e aceitos por uma parcela importante das elites que apoiaram o golpe. Em grande medida isso se deu graças a uma estreita relação com os civis, um objetivo que a ESG conseguiu alcançar, seja por meio de seus cursos de formação seja pela busca em estreitar relações com a sociedade civil através da imprensa (FIGUEIREDO FILHO, 2001). Assim, como alerta Alain Rouquié (1984:174), a “ideologia” da segurança nacional não foi imposta de fora para dentro, mas sim aceita internamente, criando no país seu próprio espaço.

Em grande medida essa doutrina se embasava na teoria da guerra interna¹², desenvolvida nos Estados Unidos, segundo a qual a principal ameaça à estabilidade e à segurança nacional não vinha da invasão externa mas dos grupos subversivos nacionais, que poderiam ser influenciados pelo comunismo internacional, ameaças que, para o bem da nação, deveriam ser neutralizadas ou eliminadas. Esse argumento serviu para justificar e arregimentar apoio popular à intervenção popular e também serviria de base para a repressão aos opositores do regime e para buscar justificá-la diante da opinião pública já no momento imediatamente posterior ao golpe.

O principal articulador e divulgador da doutrina foi certamente Golbery do Couto e Silva que, nas palavras de René Dreifuss (1981:74), *o mais hábil e preparado, teórico e politicamente* dos homens da Sorbonne. Golbery foi o principal teórico ou mesmo o pai da ESG, era articulado, tinha forte influência dentro das Forças Armadas e, mesmo antes do golpe, tinha atuação e influência no meio empresarial. Suas idéias contrapunham-se ao Estado democrático-liberal, segundo ele ineficaz diante das ameaças e dos desafios do seu tempo, mas também elas não exigiam a conquista de poder político pelos militares. Foram as circunstâncias que colaboraram para que sua doutrina chegasse ao poder. Muito provavelmente, quando escreveu sua obra mais

¹² Uma bem construída exposição e análise das relações entre a Doutrina de Segurança Nacional, de suas relações com uma determinada concepção de guerra, a de subversão interna, pode ser encontrada no capítulo 1 de ALVES, Maria M. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. – Bauru: Edusc, 2005.

influente, *Geopolítica do Brasil*, jamais imaginaria ocupar a posição de principal mentor de um governo militar.

Se o golpe militar não era algo inesperado, a permanência das Forças Armadas no poder ainda era uma possibilidade estranha mesmo para os ideólogos da Doutrina de Segurança Nacional. Entre os civis o papel dos militares foi sobejamente subestimado e, inclusive pelos intelectuais que tentavam compreender o momento vivido no país (SOARES, 1994:10). Ainda que diversos grupos sociais buscassem o seu apoio, o desconhecimento acerca dos militares e da sua realidade era generalizado. Os partidários da deposição de Goulart não formavam um bloco monolítico e, mesmo após a formação do primeiro governo as disputas pelo poder continuariam. Mesmo no interior das Forças Armadas os interesses distintos e as diversas perspectivas acerca dos rumos pelos quais o país deveria ser conduzido gerariam importantes conflitos e constantes mudanças na condução do regime. Não à toa, será dentro das Forças Armadas onde se verá com maior ímpeto os primeiros passos para a ‘caça aos bruxos’: punições, perseguições, expurgos, aposentadorias compulsórias etc. Entre abril e outubro, quando caducou, o artigo punitivo do Ato Institucional atingiria 4.454 pessoas, dessas, 2.757 foram militares¹³.

As disputas, que já eram perceptíveis desde antes do golpe, se tornariam evidentes na transição entre Castello e Costa e Silva, quando a equipe formada a partir dos quadros ligados a Escola Superior de Guerra é afastada e, aos poucos, se vê substituída por nomes simpáticos aos duros e nacionalistas; um grupo que caracterizava-se, conforme palavras do general Gustavo Moraes Rego, pelo radicalismo, pela arbitrariedade, pela intransigência, e “*pela adoção de meios e processos violentos de intimidação e coação*”, o que, segundo ele, os diferenciariam dos homens da Sorbonne:

os 'linha dura' não chegaram a constituir organizações estáveis, segmentos ordenados ou estruturas mais ou menos hierarquizadas. Ao contrário, suas estruturas eram tumultuadas por disputas menores (...), alimentadas pelo oportunismo, pelo carreirismo e pela impunidade. (D'ARAUJO, 1994:54).

¹³ Boris Fausto fala em números mais *conservadores*, cerca de 1200 afastados nas Forças Armadas e mais de 1400 na burocracia civil. Para Evaldo Vieira, o governo Castello Branco aplicou 3.747 atos punitivos e foram demitidos aproximadamente 1.530 funcionários civis e 1.228 funcionários militares. (FAUSTO, 1996:467; VIEIRA, 2000: 193).

Na condução da política econômica, importa menos o fato de serem autoritários e violentos que o modo como se viam nacionalistas. São as idéias sobre o interesse nacional, expressas, sobretudo, na política externa, e sobre as estratégias de desenvolvimento que definiriam as pressões do grupo sobre o governo e influenciariam as tomadas de decisões de seus *policy makers*.

Da segurança ao desenvolvimento: um discurso para a construção do regime

Para Carlos Estevam Martins (1977), o golpe restringiria a três o número de forças relevantes para o jogo político nacional: a liberal-imperialista; a reacionário-opportunista e a nacional-autoritária. A primeira defenderia um projeto sustentado por um segmento específico da burguesia internacionalizada em aliança com os setores militares, a burocracia civil e a tecnoburocracia; a segunda seria uma força menor cujos membros viriam de órgãos periféricos do Estado, áreas pouco expressivas das Forças armadas e de grupos secundários da economia e da sociedade, não tinha chances reais de conquistar o poder, pois não apresentam um projeto maior, que fosse além do anticomunismo e *antiprogressismo*; a terceira constituiria uma corrente que ganharia força a partir da decadência dos castelistas e seria uma espécie de *partido burocrático da emancipação nacional*. (MARTINS, 1977).

O grupo sorbonista, liberal-opportunista, que toma o poder ao lado de Castello Branco busca legitimar sua permanência no poder a partir do discurso da defesa do país contra a ameaça comunista, isto é, sob a justificativa da segurança nacional. Essa ameaça foi construída de forma tão ampla e multifacetada que beirava a onipresença, compreendia desde as reformas de base e a desordem institucional gerada pelo pacto populista até as mudanças comportamentais. O perigo vermelho estava em toda parte e, por conta disso, pela defesa da democracia justificaria a supressão dos direitos democráticos. Para uma parcela significativa dos militares e da coalizão que os apoiava, uma ditadura em nome da democracia ou um governo autoritário em nome da liberdade não eram um simples embuste ou uma pantomima, mas parte de uma crença em meios que se justificariam pelos fins. A Doutrina de Segurança Nacional justificava essa posição e é nesse sentido que o regime buscava se legitimar por um período maior que os meses inicialmente anunciados.

No discurso da ESG, a liberdade individual é um valor menor quando comparada com a questão da segurança e dos interesses nacionais e esse pensamento não tardaria a ganhar corpo. Lançado ainda em abril de 1964, o Ato Institucional advoga que a revolução *se distingue de todos os outros movimentos armados pelo fato de representar não os interesses e a vontade de um grupo, mas os interesses e a vontade de toda uma nação*. A frase é obviamente falaciosa, um engodo, mas dá pistas sobre os argumentos que os militares usariam para se legitimar. Embora explicitamente que *a revolução vitoriosa legitima-se a si própria*, o AI insiste que o golpe é dado em nome do povo, assim a Doutrina de Segurança Nacional busca traduzir e justificar a tomada do poder ao mesmo tempo em que constrói um argumento que serviria para criar uma identificação entre as Forças Armadas e o Estado-nação. Mais que isso o discurso da ESG é capaz cooptar a população para o jogo militar dado que, segundo ele, na Guerra Fria já não haveria distinção entre tempos de conflito e tempos de trégua, e já não basta livrar a nação do inimigo externo é necessário protegê-la das ameaças internas.

Os argumentos da ameaça interna e da guerra permanente dão aos militares o argumento que buscavam para combater seus adversários políticos e, como diziam no AI, buscar *a restauração da ordem interna e do prestígio internacional* do país. Conservar a ordem nacional é, evidentemente, um elemento norteador e princípio básico das Forças Armadas, no Brasil desde a proclamação da República esse princípio casa-se com o ideal positivista e se transforma num discurso que agrega os militares e ao mesmo tempo busca legitimar as suas ações políticas. José Murilo de Carvalho cita como exemplo disso, o editorial do primeiro número de *A defesa nacional*, de 1913, aonde se enfatiza que *o exército precisa preparar-se para a sua função conservadora e estabilizadora (...) ele deve estar pronto para corrigir perturbações internas*¹⁴. Pela relativa tranquilidade do contexto internacional, entre os militares a luta contra a desordem e os inimigos internos ganhará o status de tarefa mais importante após o golpe de 64. Garantida a ordem seria necessário projetar o progresso.

A propaganda do regime seria construída sob dois pilares, segurança e desenvolvimento. Mais do que um slogan essas palavras traduziam um conjunto de idéias, uma doutrina construída em mais de uma década e difundida a partir da Escola Superior de Guerra mas que, ainda assim, só consegue se tornar predominante dentro

¹⁴ *A Defesa Nacional*, nº1 (1), 1913. Citado por CARVALHO, José M. “As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador”. In: *Cadernos do Departamento de Ciência Política*, nº1, 1974.

das forças armadas e influenciar a opinião pública a partir da sua adoção por parte das elites civis. Se entre os militares a base ideológica que garantiu o golpe e que tentaria legitimar o regime foi em grande parte difundida a partir da Escola Superior de Guerra, entre as elites civis isso seria feito por instituições como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e a Sociedade Civil de Planejamento e Consultas Técnicas (Consultec)¹⁵.

O Ipes, fundado no final de 1961, funcionou como um elo entre a Escola Superior de Guerra e uma parcela importante de uma certa elite econômica, composta sobretudo por empresários. Vários de seus integrantes haviam passado pelos cursos de formação da Escola e alguns dos mais renomados professores se uniram aos civis para propagandear seus ideais e projetos de nação, entre eles o general Golbery do Couto e Silva (STEPAN, 1975:186). Dreifuss (1981), mostra que essa elite formada por empresários, técnicos e militares, que se agregava em torno do Ipes, teve um papel importante não só na articulação do golpe como também na definição dos rumos do regime militar e na composição dos governos fornecendo as diretrizes das reformas e ocupando postos de comando dentro da burocracia estatal¹⁶.

Assim como a ESG, o Ipes contava com um núcleo de idéias destinado a elaborar diagnósticos sobre a situação do país e lançar prognósticos capazes de reestruturar e reorganizar a sociedade, a política e a economia do país e, com isso, criar projetos nacionais capazes de serem transformados em interesses de toda a sociedade¹⁷. O fato é que o Instituto agiu como uma importante fonte de propaganda contra o governo Goulart criando um ambiente favorável à intervenção militar e à sustentação de um governo militar. Se ali havia de fato um projeto de governo, como sugere Dreifuss,

¹⁵ Sobre as idéias e formas de ação dessas instituições ver: DREIFUSS, René. *A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. – Petrópolis: Vozes, 1981. BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

¹⁶ Dreifuss elabora uma longa lista de pessoas ligadas ao Ipes que participariam do governo Castello Branco, ocupando postos de comando em bancos e empresas estatais, autarquias, serviços de informação, institutos, ministérios etc. (DREIFUSS, 1981).

¹⁷ Além dos grupos de coordenação e administração, o Ipes possuía os Grupos de Estudo e Ação que eram divididos em cinco subgrupos: Levantamento de Conjuntura; Estudos e Doutrinas; Opinião Pública, Publicações Editoriais e; Assessoria Parlamentar. Com essa estrutura buscava-se não apenas construir ‘estudos e doutrinas’ mas divulgá-las amplamente e influenciar a sociedade como um todo e, especialmente, a elite do poder político.

ou não, como afirmam os testemunhos militares, o fato é que as idéias desenvolvidas ali iriam estar direta e indiretamente presentes, ao lado das ‘doutrinas’ da Escola Superior de Guerra, na construção e condução do novo regime.

A política econômica do governo Castello Branco em grande medida seria resultado de uma sintonia fina entre essas idéias. Roberto Campos e Otávio Bulhões, a dupla de ministros da área econômica, embora não pertencesse às estruturas formais de uma ou de outra instituição, possuía com elas relações de grande proximidade e nelas haviam lecionado cursos de formação. O principal plano econômico governo militar, o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), buscava colocar em prática vários dos projetos desenvolvidos pelo Grupo de Estudos e Doutrina do Ipes. Para Roberto Campos, um economista influente dentro da ESG, o apoio dos trabalhos e dos homens do Ipes foi de fundamental importância para as reformas econômicas e políticas do novo governo e, segundo ele, devido à sua complexidade, o próprio PAEG só se tornou possível graças aos trabalhos progressos desenvolvidos ali (CAMPOS, 1994:640).

O pensamento econômico elaborado no Instituto defendia um capitalismo industrial dinâmico no qual o Estado desempenharia um papel central e expressava uma grande confiança na capacidade direcional do governo; sustentava-se o papel central do capital privado nacional para o desenvolvimento do país mas também se apostava na capacidade de planejamento de médio e longo prazo do governo. Os empresários ligados ao Ipês, IBAD e Consultec, poderiam não ter um projeto nacional burguês, mas certamente sabiam o que queriam, o que não queriam e o que poderiam buscar nas estruturas do Estado, e nisso foram competentes. Se, como lembram Diniz e Boschi (1978), não existia na burguesia brasileira uma efetiva elite de classe, capaz de organizar a sociedade em função de um projeto político próprio ou apontar funcionários para cargos de direção dentro do aparelho de Estado, e se é verdade que não se pode identificar na burguesia brasileira uma elite capaz de exercer hegemonia, pelo menos é possível *detectar a existência de uma elite industrial consolidada, com suficiente capacidade de articulação para defender seus interesses econômicos imediatos* (DINIZ e BOSCHI, 1978). Essa articulação foi usada e patrocinada pelos sorbonistas.

Os interesses empresariais propiciavam uma sintonia fina com a doutrina desenvolvida na ESG. No modelo econômico da Escola, a questão da segurança nacional está intimamente ligada ao desenvolvimento que, por sua vez, está ligado ao planejamento, à industrialização calcada na burguesia nacional e participação do Estado

na formação de mão-de-obra especializada, na busca da utilização efetiva dos recursos naturais e na construção de redes de transporte e comunicação capazes de integrar o território. Assim, entre os fatores mais importantes para a segurança nacional destacavam-se a eficácia de seus setores industriais e a capacidade de acumulação de capital (ESG, 1976:338; ALVES, 2005:57).

A política econômica defendida pelos militares da ESG é, no geral, amplamente intervencionista. Na raiz desse pensamento está a Doutrina que sustenta que o capitalismo liberal é inviável em países subdesenvolvidos por ser incapaz de evitar os graves problemas de ordem interna decorrentes das contradições do crescimento econômico. Antes mesmo dos sorbonistas terem conquistado a cúpula do governo, o Ato Institucional de abril já deixava claro que o objetivo do aumento dos poderes do Executivo visaria, além da reconstrução política e moral do país, a uma reconstrução do sistema econômico e financeiro. O que se propunha era uma reforma que fundamentalmente buscava contornar a crise e promover crescimento.

O receituário da Escola Superior de Guerra recomendava que o país buscasse um caminho de desenvolvimento através de um Estado forte, apto a realizar com competência um planejamento econômico centralizado e manter a ordem interna sem ceder às pressões de grupos de interesses descontentes. Golbery é bastante claro quanto à importância da planificação, para ele o planejamento tem um sentido tático, próximo ao sentido de estratégia, e significa orientação, disposição e racionalização do conjunto de ações visando a determinados objetivos, assim ele implica uma busca orientada de conhecimento e “*consiste, acima de tudo, em um sistema de escolhas ou decisões, sucessivas e hierárquicas, entre alternativas distintas*” (SILVA, 1960:38-9). Desse modo, o planejamento é quase uma consequência lógica de uma ação racional e orientada e a sua definição, usada para a sua compreensão no contexto da segurança nacional, pode ser estendida para a política e, sobretudo, para a economia.

Num país que ainda vivia sob a sombra do Plano de Metas, seu pensamento estava longe de ser original e sua fala não destoava. Ao contrário, era mais uma voz no coro quase uníssono dos que clamavam pela racionalização da gestão pública. O certo é que a partir da Doutrina de Segurança Nacional os militares tinham um projeto nacional que, embora mal lapidado e precário, coadunava com o desejo de construir o Brasil grande potência e o planejamento ganha ainda mais relevância.

Transformada em tarefa, a consecução do projeto nacional deveria ser conseqüência de todo um processo de desenvolvimento que se expressaria em um Estado forte, com forças armadas bem equipadas e adestradas, em prestígio internacional, coesão interna, consenso ideológico e uma sociedade industrializada de economia avançada. Para tanto seriam necessárias mudanças radicais na estrutura política e econômica do país de modo que cada um desses elementos pudesse ser fortalecido pelos demais. Tarefa difícil, como facilmente se supõe. Ocorre que na década de sessenta para a maioria da população a junção desses elementos não apenas parecia bastante viável como simplesmente dependente da vontade dos políticos. Filha legítima do universo de intenso otimismo da década anterior, essa crença generalizada agiria a favor da Doutrina de Segurança Nacional e do regime. A crença de que o progresso acelerado era não apenas possível como simplesmente dependente de vontade política colocava uma responsabilidade de incompetência aos governos anteriores, ajudando a legitimar o golpe, e ainda permitia uma certa esperança renovada nas promessas de que se poderia ‘arrumar a casa’ desde que houvesse tempo para isso.

Logicamente não era questão de vontade, mas as intervenções políticas e o modo como elas ocorreram acabaram por contribuir a melhoria do quadro econômico. Ocorre que, como explica Ben Schneider (1995:88), os militares trouxeram para a economia uma visão estratégica de longo alcance, uma visão ligada ao ideal de construção de uma potência econômica e geopolítica, de um país que deveria ser soberano e auto-suficiente. Pode-se até atribuir as mesmas intenções aos governos anteriores, mas ainda que as intenções fossem as mesmas os instrumentos seriam distintos em aspectos essenciais. A crescente centralização do poder político permitiu uma maior centralização do poder econômico, aumentando os instrumentos de intervenção do governo federal, ao mesmo tempo a desarticulação das oposições políticas serviu para que os projetos do Executivo sofressem pouca ou nenhuma resistência e a concentração de renda permitiu elevar a poupança interna nas mãos do Estado.

Como nos governos anteriores, as preferências daqueles que formulavam as políticas econômicas iam no sentido de impulsionar a industrialização, a substituição de importações e, como fator de favorecimento dessas, a tecnologia de ponta. A economia, portanto, deveria sofrer e de fato sofreria uma expressiva influência política, na medida em que se buscava nacionalizar uma parcela da tecnologia necessária ao desenvolvimento e substituir importações. Ocorre que, pela conjuntura e pelo tipo de

projeto de desenvolvimento, o custo de sacrifícios à sociedade seria muito maior e só seria possível, pelo menos em parte, graças à repressão política e ao insulamento da tecnoburocracia frente às pressões vindas da sociedade.

Embora não tenha sido pequena a presença militar na burocracia, seja de forma direta com a ocupação de postos importantes, como direção de empresas estatais, seja indiretamente, através, por exemplo, do patrulhamento de funcionários e instituições, a responsabilidade pelo desenvolvimento econômico ficou com a parte civil da coalizão que havia deposto João Goulart. Graças às articulações promovidas pela ESG no período anterior ao golpe, não era necessário que houvesse militares ocupando cargos de direção para que desígnios propostos fossem levados adiante. Mesmo sem ocupar os cargos centrais da política econômica, como os ministérios do Planejamento e da Fazenda, e ainda lhes atribuindo uma autonomia relativa, os militares detiveram as idéias que serviam de base e guiavam os rumos da área econômica. Pode-se dizer que os objetivos a serem alcançados pertenciam às Forças Armadas, enquanto que os caminhos para se chegar a eles eram traçados pelos técnicos ligados às instituições e aos interesses das elites civis.

Referências

- ALVES, Maria M. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru: Edusc, 2005.
- ANDRADE, Cel. Antonio et alii. Elementos econômicos do poder nacional. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, n.21, p. 183-208, jul. 1966.
- BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- CAMPOS, Roberto. *A lanterna na popa*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.
- COELHO, Edmundo C. *Em busca de identidade: o exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- CRUZ, Sebastião V. e MARTINS, Carlos E. De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história da “Abertura”. SORJ, Bernardo e ALMEIDA, Maria H. *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- D’ARAÚJO, Maria C. “Raízes do Golpe: ascensão e queda do PTB”. In: SOARES, Gláucio e Maria D’Araújo (org.s). *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.

- D'ARAÚJO, Maria C. e Celso Castro. *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- D'ARAUJO, Maria Celina et alii. *Visões do Golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- DINIZ, Eli e Renato Boschi. *Empresariado nacional e Estado no Brasil*. Forense-Universitária, Rio de Janeiro, 1978. (p.186).
- DREIFUSS, René. *A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- ESG. *Manual Básico da Escola Superior de Guerra*. Rio de Janeiro: Estado-Maior das Forças Armadas: Escola Superior de Guerra: Departamento de Estudos, 1976.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 1996.
- FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- FIGUEIREDO FILHO, Celso R. *A Escola Superior de Guerra e o jornal O Estado de São Paulo: a passagem do regime democrático para o regime militar: afinidades e discordâncias (1963-1965)*. São Paulo: dissertação de mestrado em história social: FFLCH-USP, 2001.
- GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GURGEL, José Alfredo Amaral. *Segurança e democracia: uma reflexão política sobre a doutrina da Escola Superior de Guerra*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército: José Olímpio, 1975.
- MAINWA RING, Scott. *Igreja católica e política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- MARTINS FILHO, João R. *O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. São Carlos: Edufscar, 1995.
- MARTINS, Carlos E. *Capitalismo de Estado e modelo político no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- MOTTA, Rodrigo P. *Em guarda contra o "Perigo Vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.
- OLIVEIRA, Eduardo. Segurança nacional: conceitos fundamentais. *Revista Brasileira de Estudos Políticos, UFMG*. Belo Horizonte, n.21, p. 71-99, jul. 1966.

- OLIVEIRA, Eliezer R. “Conflitos militares e decisões políticas sob a presidência do general Geisel (1974-1979)”. In: ROUQUIÉ, Alain. (coord.). *Os partidos militares no Brasil*. Record, 1982. (p.119).
- ROUQUIÉ, Alain. “Os processos políticos nos partidos militares”. In: ROUQUIÉ, Alain. (coord.). *Os partidos militares no Brasil*. Record, 1982.
- ROUQUIÉ, Alain. *O Estado militar na América Latina*. São Paulo: Alfa-ômega, 1984.
- SANTOS, João B Pereira. *Os dois chifres do diabo: capitalismo-comunismo*. São Paulo: SAL, 1964.
- SCHNAIDER, Ben Ross. *Burocracia pública e política industrial no Brasil*. São Paulo: Sumaré, 1994.
- SILVA, Golbery C. “Do planejamento para a segurança nacional”. In: *Cadernos Brasileiros*, nº1 (4), 1960.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon. ‘O golpe de 64’. In. SOARES, Gláucio e Maria Celina D’Araújo (org.s). *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.
- SOARES, Gláucio e Maria Celina D’Araújo (org.s). *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.
- SODRÉ, Nelson W. *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- STEPAN, Alfred. *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.
- VIEIRA, Evaldo. “Brasil: do golpe de 1964 à redemocratização”. In: MOTA, Carlos G. *Viagem incompleta: a experiência brasileira*. São Paulo: Senac, 2000.
- VIZENTINI, Paulo. **A política externa do Regime Militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e a construção de uma potência média (1964-1985)**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.